



# ENTRE/DESCASO

[www.correio24horas.com.br](http://www.correio24horas.com.br)



**Maysa Polcri**  
texto  
maysa.polcri@redabahia.com.br



**Wendel de Novais**  
texto  
wendel.lima@redabahia.com.br

Chovia forte em Salvador naquela sexta-feira de setembro de 2016. Pouco antes das 21 horas, moradores do Stiep e da Boca do Rio ouviram um forte estrondo. Muitos foram até a janela em busca da origem do barulho. Naquele momento, parte da estrutura do Centro de Convenções da Bahia (CCB) desabou, ferindo três pessoas. Há quem diga que o número 7 simboliza mudança, porém, o ciclo iniciado há exatos sete anos, segue sem conclusão. O CCB continua fechado, com uma estrutura ainda mais danificada, prejudicando o turismo, influenciando na insegurança do bairro e desafiando o governo do estado – responsável pela edificação – a encontrar uma solução.

"Do jeito que caiu, ficou", fala a dona de casa Marianice dos Santos, 47, nascida e criada no Stiep. Ela viu de perto a história do local que abrigou diversos eventos nacionais e internacionais, como o 12º Congresso da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2010. Marianice também presenciou, às margens do CCB, onde mora, o processo de degradação do prédio feito de concreto e metal, e o esvaziamento das ruas que viviam movimentadas, seja pelos visitantes que participavam dos eventos sediados ali ou de quem trabalhava com venda de bebidas e comidas na área.

"Aqui ficou deserto porque, antigamente, tinha a movimentação de visitantes e também o povo que vinha vender aqui, colocando isopor e barraca. [...] Depois que fechou, acabou tudo isso. Se não tem visitante, não tem como o povo trabalhar. Era movimentado o tempo todo, sempre estava acontecendo algo. Hoje, fica bem parado", conta a dona de casa.

A situação de esvaziamento citada por Marianice provoca assaltos, depredações e até invasões ao que restou do CCB. É o que garantem coletivos de residentes da região, incluindo as associações de moradores Amigos do Costa Azul (AMOCA), de Armação (AMAR), do Jardim Atalaia - Stiep (AMJA) e Arnaldo Lopes da Silva - Stiep (AMALS).

Mazdh Sena, 74, tem comércio na região há 32 anos e destaca que a área só sofre porque criminosos de fora fazem assaltos por ali. "Minha esposa foi assaltada ali no ponto de ônibus, mas quando foram atrás e conseguiram prender, viram que os caras eram do Curuzu. Aqui é um lugar bom de se viver, tranquilo no geral. É que, por ser menos movimentada, essa área com o Centro fechado, acaba tendo esses ataques", relata ele, que espera ver o CCB ou outro empreendimento abrindo as portas no local em breve.



EVANDRO VEIGA/ARQUIVO CORREIO\*

## Prédio do Centro de Convenções devora 'soluções' há 7 anos

### Equipamento perdeu utilidade em 2016 por falta de manutenção do governo, que segue incapaz de resolver o problema que criou

#### NEGLIGÊNCIA

Para quem acompanhou os bastidores da degradação do CCB, a sensação que fica, sete anos depois, é que o governo do estado foi negligente nos cuidados com o equipamento. O engenheiro e arquiteto Abel Travassos trabalhou entre 2007 e 2015 no empreendimento, até ser demitido durante um corte em massa que atingiu outros colegas.

Segundo ele, o governo estava ciente da necessidade de reformas que precisavam ser feitas no local, mas não agiu. Enquanto isso, quem trabalhava no local realizou melhorias superficiais durante oito anos. "Em um ano nós fizemos uma recuperação por causa de um evento. Colocamos ar condi-

cionado, sistema de telefone, consertamos elevador e escadas. Mas nada significativo foi reparado", garante.

O arquiteto acredita que o problema tenha sido político. "Um político, no Brasil, quando entra para tomar conta de uma coisa, destrói o que o outro deixou", critica. Abel começou a trabalhar no CCB no ano de início do mandato de Jaques Wagner (PT), depois que o governador Paulo Souto (União Brasil) deixou o cargo. Em 2015, o CCB foi fechado por não ter projeto de combate a incêndio e pânico.

Na noite em que parte da estrutura do CCB desabou, três pessoas ficaram feridas. Dois anos depois, em 2017, o laudo do Departamento de

Polícia Técnica (DPT) apontou que o desabamento foi causado por excesso de oxidação da estrutura e por falta de manutenção. O CCB ocupava uma área de 153 mil m<sup>2</sup>, com 57 mil m<sup>2</sup> de área construída e capacidade de 400 quilos por m<sup>2</sup>. Foi projetado pelo engenheiro Carlos Emilio Meneses Strauch e trazia referências à Bahia em esculturas e pinturas de autoria do artista plástico Bel Borba na frente do prédio.

Em dezembro de 2021, a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou uma autorização para o leilão do equipamento, através de um projeto de lei com pedido de autorização para venda de bens do estado. A promessa de leilão do CCB era feita desde 2016.

Contudo, o terreno chegou a entrar em processo de penhora para quitar uma dívida milionária do governo com mais de 160 ex-funcionários da Bahiatursa. O órgão foi substituído pela Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Sufotur), na gestão do atual governador Jerônimo Rodrigues (PT).

Em 2020, a dívida, que existe porque o estado não cumpriu, de 1990 a 2008, o Plano de Cargos e Salários dos 160 funcionários, ultrapassava R\$ 49 milhões. A decisão da Alba foi contestada justamente por conta da ação trabalhista, que culminou na penhora do terreno como garantia de pagamento aos funcionários. Um problema dos grandes que se une a pequenos casos, como as invasões descritas por moradores que relatam criminosos roubando fios, aparelhos de ar-condicionado e tudo de valor que existe dentro do CCB.

A reportagem procurou a gestão estadual – através da Secretaria de Comunicação (Secom) – para entender a situação do terreno neste momento. No entanto, até o fechamento desta reportagem, não houve resposta. Dentro das questões enviadas à gestão, estão as perguntas sobre o status atual do processo de penhora, a possibilidade de conversão do espaço em um empreendimento diferente e os impactos gerados pela ausência do CCB para o setor de negócios e turismo.



**Parte da estrutura do Centro de Convenções da Bahia desabou em setembro de 2016; espaço atraía feiras e eventos, gerando emprego e renda**

## LINHA DO TEMPO DO CCB

**1979** O Centro de Convenções da Bahia (CCB) é inaugurado e eleva a força turística da cidade, especialmente no setor de negócios

**2005** O CCB ganha Prêmio Caio de melhor centro de convenções de grande porte do Nordeste e fica em segundo lugar no ranking nacional

**Maior de 2015** A Secretaria de Urbanismo de Salvador interdita o espaço por razões de insegurança quanto a incidência, pânico e manutenção predial

**23 de setembro de 2016** Parte da estrutura do Centro de Convenções desaba. Três pessoas ficaram feridas.

**27 de setembro de 2016** O Governo da Bahia anuncia a demolição do empreendimento

**Novembro de 2016** O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-BA) penhora o CCB e suspende obras no local para garantir a dívida de R\$ 49 milhões em encargos trabalhistas

**Abril de 2017** O TRT-BA suspende a demolição do Centro de Convenções por conta da dívida milionária

**Novembro de 2017** Laudo do Departamento de Polícia Técnica (DPT) indica que a oxidação da estrutura e falta de manutenção foram as razões para o desabamento

**Dezembro de 2019** O Governo do Estado anuncia o leilão do empreendimento

**Janeiro de 2020** A Prefeitura de Salvador inaugura o Centro de Convenções Salvador (CCS), na Boca do Rio, para suprir a demanda do turismo de negócios

**Dezembro de 2021** A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) autoriza a venda do CCB, além dos terrenos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), do Terminal Rodoviário de Salvador e da antiga sede da Junta Médica do Estado da Bahia.

## TURISMO DE EVENTOS PERDE COM A INUTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

O turismo é um dos setores que mais derrapou com a saída de cena do Centro de Convenções em 2016. De acordo com Sílvio Pessoa, presidente da Federação de Turismo da Bahia (Fetur-Ba), eram as atividades no CCB que sustentavam o setor fora da alta estação. De acordo com ele, fora das festas do verão e do Carnaval, os eventos e congressos impulsionavam a hotelaria, os restaurantes e as empresas que trabalham com turismo de modo geral.

"O que se viu sem o CCB foi uma ocupação (hoteleira) despenca. É o golpe foi duro, visto que o turista de eventos e congressos gasta duas e até três vezes mais do que um turista comum. Isso porque, normalmente, são executivos mais bem remunerados", destaca.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis na Bahia (ABIH-BA) foi procurada para falar sobre os prejuízos e a diferença dos níveis de ocupação na baixa estação sem eventos no CCB. No entanto, não respondeu até o fechamento desta reportagem. Para que se tenha ideia do impacto do equipamento, o CCB já recebeu a Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), evento promovido pela União Africana (UA) em 2006 e que trouxe uma diversidade de turistas para a capital.

Sílvio Pessoa pontua que a situação só melhorou quando o Centro de Convenções Salvador – construído pela prefeitura de Salvador – foi inaugurado em janeiro de 2020. "Se não fosse a inauguração e a operação do Centro de Con-

venções Salvador, a situação seria pior e estaríamos perdidos. É claro que o centro municipal veio suprir uma demanda reprimida. Porém, a gente vê outros estados bem à frente. Tivemos a promessa de um CCB no Comércio, na Paralela e, até então, isso não foi resolvido", reclama.

### DEMANDA

A reclamação dele é ainda mais forte para quem faz parte do setor de eventos. Adriano Malvar, presidente da Associação dos Profissionais de Eventos (APE), diz que, mesmo com a presença do Centro de Convenções Salvador, ainda existe uma lacuna que precisa ser preenchida para que o setor volte a caminhar bem. Apenas um equipamento não é suficiente para suprir toda a demanda existente, diz.

A procura pela realização de eventos em Salvador é significativa, prova disso é que, em setembro, o CCS não tem mais vagas para abrigar eventos até o ano que vem. Só no ano passado, o equipamento municipal foi palco de 86 eventos, por onde passaram mais de 125 mil pessoas. "O Centro de Convenções ajuda, mas em mercado que só tem uma opção, fica difícil o poder de negociação. Salvador precisa urgente de um ou mais centro de convenções para feiras e negócios", destaca.

Malvar diz ainda que a ausência do CCB acertou a cidade em cheio e que Salvador, que sempre esteve no roteiro de eventos científicos, negócios e feiras, ficou longe do mapa dessas atividades e acabou sendo "riscada do ma-

pa", chegando a ponto de as empresas fecharem. Malvar destaca que atividades do setor também deixaram de existir durante o período.

"Cargos acabaram direta e indiretamente, pois tínhamos recepcionistas, promoters, produtores, coordenadores, guias turísticos, músicos, artistas, eletricitistas, carpintaria, técnicos de sonorização e iluminação, transporte. Até o setor gráfico, passando pela própria economia da cidade, com hotéis e restaurantes", cita o presidente da APE.

Bruno Portela é diretor de operações da Zum Brazil Eventos, que trabalha também na Bahia. Ele corrobora com a afirmação de que o CCB fez uma falta muito grande ao setor. "O Centro tinha uma importância grande pelo tamanho dos eventos que atraía e também por ser um dos poucos espaços desse porte no Norte e Nordeste. Com o fechamento dele, a gente teve um hiato e perdemos demais".

Ele pontua que existem equipamentos mais modernos e com outras configurações, mas lembra que Centro de Convenções era um espaço ainda versátil, que servia para eventos de auditório e de pavilhão para feiras. Porém, essa versatilidade deixou de ser fundamental para captar eventos antes mesmo do desabamento de 2016. "Já havia perdas na época que tínhamos uma deterioração do espaço. Então, eventos deixaram de acontecer porque não reuníamos condições básicas para receber. Foi um processo lento de desaceleração até a parada total".

“Se não fosse a inauguração e a operação do Centro de Convenções Salvador, a situação seria pior e estaríamos perdidos”  
Sílvio Pessoa  
Presidente da Fetur-Ba

## DEMOLIÇÃO É A MELHOR OPÇÃO PARA O ESPAÇO, MAS ENTRAVES ATRAPALHAM

A multiplicação de danos na estrutura do Centro de Convenções da Bahia (CCB) ao longo desses sete anos não deixa outra opção plausível a não ser a demolição do prédio. É o que defende André Tavares, presidente do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia da Bahia (Ibape-BA) e conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-BA).

"O ideal seria demolir as construções que ocupam o terreno por conta da alta degradação", garante. "A estrutura é mista, formada por concreto e metais, e aquela região possui uma alta salinidade, principalmente na Boca do Rio e no Stiep", justifica.

Apesar de a construção não ser instalada na orla marítima, ela sofre com as avarias causadas pela ação oxidante.

“A estrutura é mista, formada por concreto e metais, e aquela região possui uma alta salinidade”  
André Tavares  
Presidente do Ibape-BA

A necessidade de demolição é um dos obstáculos que atrapalham a venda do terreno, uma vez que representa um gasto a mais para quem arrematar o espaço.

Além disso, a dívida trabalhista de ex-funcionários da extinta Bahiatursa, que não foi completamente liquidada, engrossa o caldo do imbróglia.

O advogado Gustavo Galvão, que representou 89 dos 160 ex-funcionários, contou que todos seus clientes fecharam acordos e receberam os valores devidos pelo governo do estado.

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-BA) informou que o processo movido pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Turismo (SETS) tramita na 34ª Vara do Trabalho de Salvador e "diversos" acordos foram celebrados, mas não informou

quantos ex-funcionários ainda não firmaram acordos. A Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE-BA) também foi questionada, mas não se manifestou sobre o processo.

As complicações, porém, não param por aí. "Outro limitador em relação à operação de compra e venda é que o terreno tem grandes proporções, o que reduz as opções do mercado comprador", analisa André Tavares, presidente do Ibape-BA.

Por se tratar de um empreendimento da administração pública, o terreno é classificado como zona de uso especial (ZUE), que possui critérios específicos sobre a ocupação do espaço.

Enquanto as complicações não se resolvem, o equipamento, há 7 anos, continua se degradando e servindo de abrigo para criminosos.